

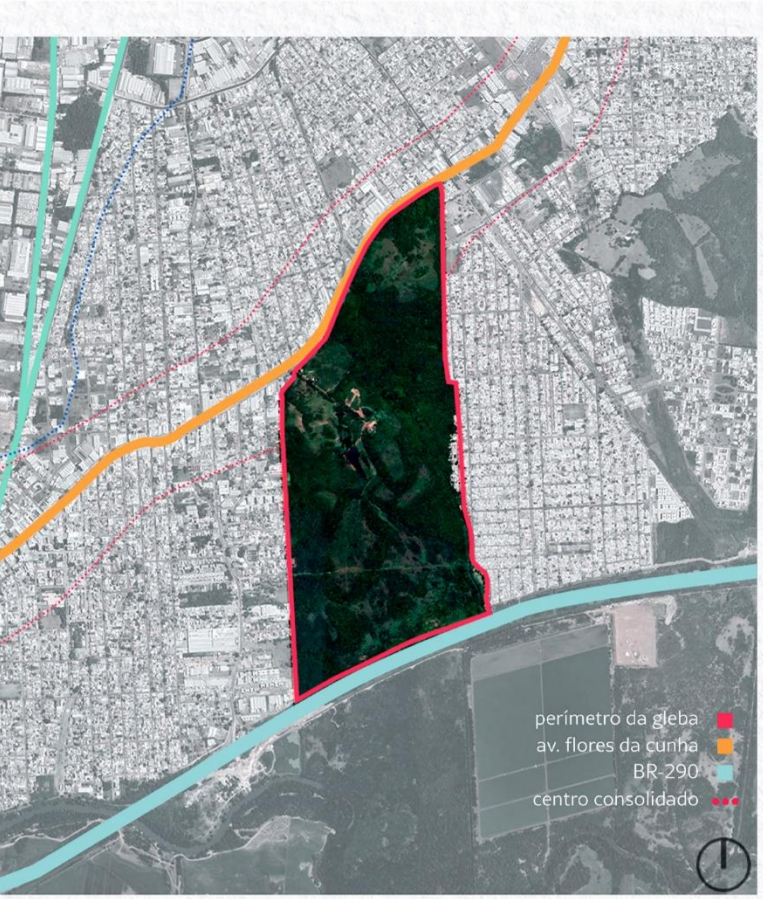
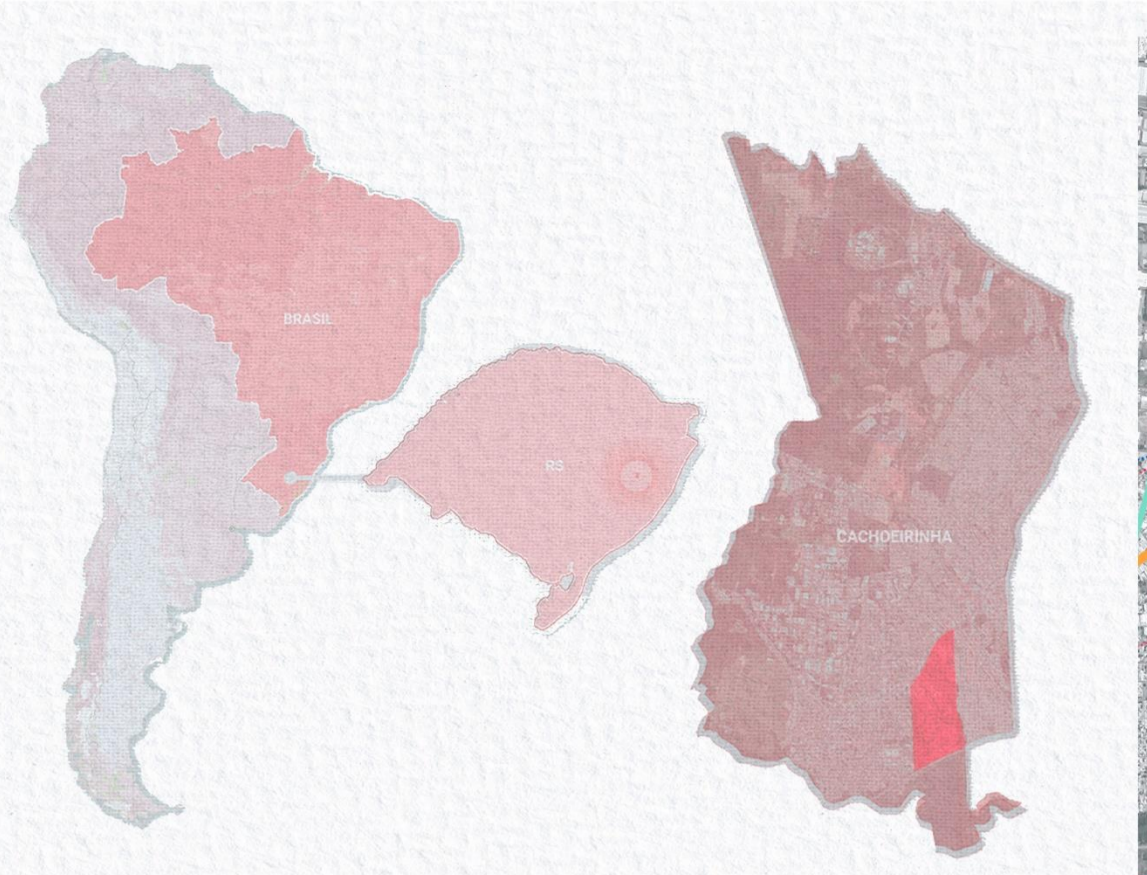


No centro de Cachoeirinha - RS, existe uma área inexplorada conhecida popularmente como *Mato do Júlio*, com uma área de 256 ha onde a única interferência humana é uma casa construída há mais de 200 anos.

A área particular está localizada exatamente no centro consolidado entre as Av. Flores da Cunha e a BR-290. A proximidade com as principais áreas da cidade não é coincidência, já que a área remonta ao início da urbanização do município.

Mais do que um vazio, o Mato do Júlio é uma persona que permeia o imaginário de quem vive lá. A vegetação massiva no meio cinza, a gigantesca diversidade e o desconhecido do que ali existe.

lugar e memória: centro de preservação cultural e ambiental *Casa do Mato*



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O modelo de progresso adotado pelo mercado imobiliário brasileiro desconsidera qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável, o caso do Mato do Júlio é, infelizmente, só mais um exemplo de como o desenvolvimento desenfreado age em função de lucros individuais desconsiderando o funcionamento coletivo da cidade. A intenção desta proposta é, portanto, mostrar que construir não necessariamente precisa ser agressivo ao lugar.

Cachoeirinha, especificamente, tem pouquíssimo contato com arquitetura, a cidade é feita de edifícios extremamente pobres que, no máximo, cumprem suas atribuições funcionais. Existe aí uma lacuna no entendimento do que de fato é arquitetura, e como consequência criou-se uma ideia de que construir é agredir.

Em setembro de 2015, os 193 países membros das Nações Unidas adotaram uma nova política global: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que tem como objetivo elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas. Para isso, foram elencados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com 169 metas – a serem alcançadas por meio de uma ação conjunta que agrega diferentes níveis de governo, organizações, empresas e a sociedade como um todo nos âmbitos internacional, nacional e também local. A proposta para o Mato do Júlio está diretamente alinhada a, pelo menos, 9 dos objetivos lançados pela ONU.



FALTA EQUIPAMENTO CULTURAL

Cachoeirinha atualmente conta com apenas dois equipamentos culturais, a Casa de Cultura Carlos Wilkens, absolutamente desarticulada do centro consolidado. E a Casa do Leite, que é sede da biblioteca municipal, mas que por ser uma casa antiga pequena não comporta mais do que o acervo municipal. Cachoeirinha tem 130 mil habitantes e os dados educacionais do município mostram que 61% da população não tem o ensino básico completo (IBGE), portanto existe um evidente déficit educacional que acaba justificando o baixo interesse por eventos de cunho cultural por parte da população. Percebe-se, portanto, não somente uma possibilidade, mas uma necessidade de se criar um equipamento que ajude a sanar parte desse lapso educacional e cultural, algo que possa elevar o status de cidade dormitório da cidade.

A casa de cultura tem sede no antigo casarão de Carlos Wilkens, figura histórica da cidade, mas seus espaços internos reduzidos tornam difícil a criação de eventos maiores. Sua localização é ao lado da ponte que separa Cachoeirinha de Porto Alegre, na beira do poluído Rio Gravataí, que configura uma parte pouco desenvolvida e pouco frequentada da cidade.



PRESERVAR O LUGAR RESGATAR A MEMÓRIA

A *história* da cidade começa com a vinda de João Baptista Soares da Silveira e Souza, nativo da Ilha de São Jorge, nos Açores, em 1813 para o Brasil. Ao chegar aqui João Baptista, então com 13 anos de idade, se estabelece em Gravataí, nas terras de seu tio, e após 18 meses solicita ao governador da província, Dom Diogo de Souza, uma porção de terras devolutas. A Coroa então decide por dar a João cerca de 60% do que é hoje território de Cachoeirinha. João Baptista fez sua vida como empreiteiro e participou de várias obras em Porto Alegre como o edifício Malakoff, a Sociedade Bailante, o Teatro São Pedro e a Ponte de Pedra sobre o Riacho. Também ocupou cargos públicos de destaque, como o de vereador e juiz de paz, e por isso recebeu o título de Comendador. Em 1870 ele falece, e sem herdeiros diretos deixa seus bens para seus dois sobrinhos, José e João.

José Baptista Soares da Silveira e Souza fica com os bens de seu tio em Porto Alegre, já João Baptista Soares da Silveira e Souza Sobrinho, que tinha o mesmo nome do tio e era conhecido como Coronel Baptista, fica com as terras em Cachoeirinha. Ao receber as terras o Coronel ainda aumenta a porção de terra comprando fazendas vizinhas, ficando com uma área de cerca de 70% do que é hoje o município. Em 1924 o Coronel falece e deixa suas terras para os seus muitos herdeiros, que é o ponto de partida para o loteamento e a urbanização de Cachoeirinha. Em 1941 a primeira parte é loteada por um dos herdeiros e em sequência outros herdeiros fazem o mesmo, iniciando o centro de Cachoeirinha.

O *casarão* localizado a 400 metros da avenida tem seu primeiro registro moderno em um artigo publicado pelo historiador Francisco Riopardense na coletânea "Rio Grande do Sul: Terra e Povo (1964)", nela a Estância do Baptista é definida como representativa da arquitetura luso-brasileira no Rio Grande do Sul, característica da chamada "segunda pulsação" do processo de urbanização do estado. Estâncias eram instalações rurais dedicadas à pecuária onde as famílias de grandes proprietários de terra viviam com seus escravos e trabalhadores livres.

Estima-se que parte a construção da casa foi concluída em 1815, sofrendo algumas adequações ao longo do anos, como a substituição da casa de charque pela atafona, onde os escravizados trabalhavam produzindo farinha. A casa é a segunda mais antiga do estado e está em processo de tombamento desde 2016.



casarão dos baptista, década de 1920



casarão dos baptista, 2021



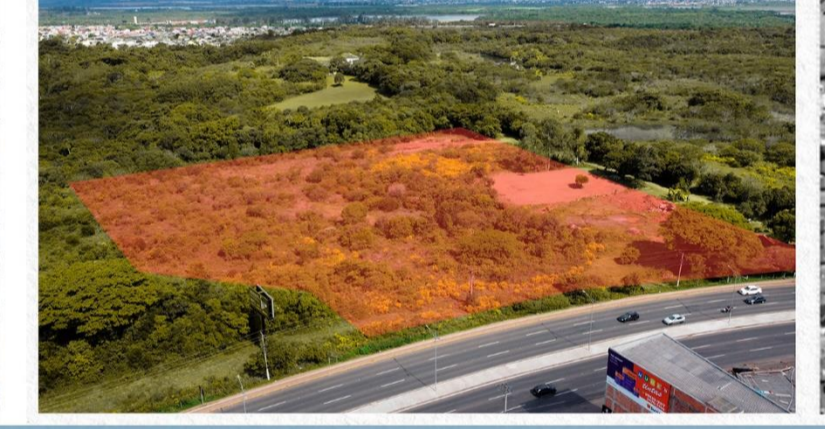
R E C O R T E

O intuito da proposta ao falar sobre o Mato do Júlio em sua integralidade é contextualizar todas as questões políticas, sociais, ambientais e históricas, deixando evidente que preservá-lo traz mais benefícios do que criar um loteamento que consumirá sua pureza natural. No entanto a lei 4463/2020 dificilmente será barrada, e de fato, irá ocorrer uma mudança no regime urbanístico da área.

A proposta, então, assume o melhor cenário dentro desta condição: A casa dos Baptista eventualmente será considerada patrimônio municipal e passará a ser propriedade pública, assim como 6,3 ha de área serão doadas ao município para quitação de dívidas dos proprietários. Desta forma, seguindo o Plano Diretor municipal, a área passa a preencher os requisitos para se tornar uma AEIC (área especial de interesse cultural, Subseção IV, Art. 155) e, portanto, edificável. Desta forma mantêm-se as características naturais do terreno e uma pequena parte dele vira um equipamento cultural e educacional importante para a cidade.

A porção norte do terreno demonstra grande potencial para a implantação do complexo. Ao lado de alguns equipamentos importantes da cidade e em frente à principal avenida da cidade, Av. Flores da Cunha, existe uma área de com pouca vegetação, fator importante, porque não exige a remoção de muitas árvores, além de configurar uma das poucas visuais da cidade para a parte interna do terreno.

A casa antiga tem posição mais centralizada no sítio, mas sua única conexão com a cidade é por uma pequena rua até a avenida.



P R O G R A M A

Observando então todas as questões políticas, ambientais, sociais e históricas a *Casa do Mato* surge como resposta. Um complexo com programa multifacetado que traz, essencialmente, uma intenção de discutir os problemas da cidade.

Programaticamente a proposta é dividida em 4 partes:

CULTURAL
Pela falta de equipamentos culturais as pessoas são pouco instigadas a procurar esse tipo de lazer, tudo fica muito longe ou é desconhecido o que diminui muito o interesse por eventos culturais. A Casa propõe portanto um pavilhão para exposições de arte, salas de cinema, auditório e um espaço externo de anfiteatro.

EDUCACIONAL
Felizmente existem muitas escolas públicas no centro da cidade, oferecer espaços de aprendizado para jovens em idade escolar torna a Casa um equipamento de ensino extremamente útil. Outro dado importante é que 61% das pessoas da cidade não tem ensino básico completo (IBGE), logo oferecer oficinas profissionalizantes pode ajudar nesse déficit educacional. Portanto para atender estas demandas cria-se um edifício educacional com salas para oficinas.

AMBIENTAL
Neste contexto da Casa é imprescindível falar sobre meio ambiente, é fundamental que as pessoas criem consciência ambiental para termos no futuro cidades e pessoas mais saudáveis. Logo na parte de oficinas existe também a de educação ambiental, onde jovens e adultos podem aprender a importância de cuidar do planeta.

INSTITUCIONAL
A Casa do Mato é um equipamento público, portanto opta-se por trazer algumas secretarias da Prefeitura Municipal para fazer a administração do complexo, no caso a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Meio Ambiente. Uma ideia real do Governo Municipal é criar uma nova sede para a prefeitura, mas nesta proposta se decide por fazer um equipamento público de lazer para todos, e não um equipamento público para alguns poucos.

LUCROS INDIVIDUAIS PREJUÍZOS COLETIVOS



O Mato do Júlio é uma área extremamente rica, comporta uma gigantesca biodiversidade com centenas de espécies de animais e vegetação. Dentro da área existe um arroio e no seu perímetro uma grande APP com árvores centenárias, além de grandes massas vegetais ao longo de todo o Mato. É inegável sua importância ambiental, o mato absorve todos os anos toneladas de CO₂ do ar, e por estar a uma cota inferior a da parte urbanizada da cidade, funciona como uma esponja natural que impede o alagamento da área urbana.

Mesmo assim há décadas a área é alvo de especulação, tanto do governo municipal, quanto da iniciativa privada, e essa situação foi estimulada em 2002 com a morte do último morador, Júlio Baptista (que deu o nome informal à área). Nos últimos anos se intensificaram as negociações entre o governo municipal e a família Baptista para o futuro loteamento do Mato, em dezembro de 2019 foi feito um acordo para o zoneamento da área a ser loteado, e em maio de 2020 o Executivo enviou para análise da Câmara de vereadores a lei complementar 4463/2020 que pretende mudar o plano diretor da cidade, mudando o regime urbanístico na área do Mato para que ele se torne edificável. O acordo prevê que 6,3 ha dos 256 ha sejam preservados junto com o casarão, o restante será dividido em áreas doadas ao município para quitação de dívidas de IPTU da família Baptista, arruamento e loteamento.

A exploração dessa parcela imensa da área é uma sentença de morte para os milhares de animais que lá vivem e grande parte da população se mostra contrária à exploração, inclusive fazendo protestos em frente à Prefeitura municipal. Em 2020 foi criado um perfil no Instagram chamado @matodojulio, administrado por populares que através dos posts demonstram a importância da área, assim como a página no Facebook chamada "Salve o mato do júlio". A comunidade vem se fortalecendo desde então e cada vez mais adeptos se juntam à causa, além das informações o grupo se dedica a prestar ajuda veterinária a animais silvestres feridos e a denunciar atividades ilegais que envolvem o meio ambiente.



PRÊMIO IAB RS - turmas 2021
JOSÉ ALBANO VOLKMER

1/4